

TERMO DE RESPONSABILIDADE DO AUTOR DO PROJETO			
DE a) _____ (de acordo com a Portaria 113/2015, de 22 de abril)			
IDENTIFICAÇÃO DO TÉCNICO			
b)			
Residência		Nº	
Freguesia		Município	
Código Postal		Localidade	
Telefone		Fax	
E-Mail		Telemóvel	
B.I / C.C n.º		Emitido em	
Válido até		Arq. Identificação/	
Contribuinte nº			
Inscrito na c)		Sob o n.º	

DECLARAÇÃO	
<input type="checkbox"/>	Na qualidade de autor e para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 10º do decreto-lei n.º 555/99, de 16/12, na redação que lhe foi conferida pelo decreto-lei 136/2014, de 9 de setembro, declara que o projeto de a) _____ de que é autor, relativo à obra de d) _____ localizada em e) _____ da freguesia de _____, cujo f) _____, foi g), _____ por h) _____ residente em, _____ da freguesia de _____, Município de _____:
<input type="checkbox"/>	Observa as normas legais e regulamentares aplicáveis, designadamente i) _____
<input type="checkbox"/>	Está conforme com o Planos Municipais ou Intermunicipais de Ordenamento do Território aplicáveis à pretensão, bem como com j) _____

A preencher pelos serviços
Validação do documento assinado digitalmente (quando aplicável)
☐ Conforme
☐ Não conforme
Validação do documento assinado digitalmente
Associação Pública de Natureza Profissional (quando aplicável)
☐ Conforme
☐ Não conforme
O responsável pela validação: _____ Data: _____

Vale de Cambra, ____ de _____ 2 ____

O Técnico, k) _____

FR-90-MVC-R06

- a) Identificar o tipo de operação urbanística, projeto de arquitetura ou de especialidade em questão
- b) Indicar nome e habilitação do autor do projeto
- c) Indicar associação pública de natureza profissional, quando for o caso
- d) Indicar a natureza da operação urbanística a realizar
- e) Indicar a localização da obra (rua, número de polícia e freguesia)
- f) Indicar se trata de licenciamento ou comunicação prévia
- g) Indicar que foi "requerido" no caso de licenciamento ou "apresentado" no caso de comunicação prévia
- h) Indicar o nome e morada do requerente ou comunicante
- i) Discriminar, designadamente, as normas técnicas gerais e específicas de construção, o alvará de loteamento ou a informação prévia, quando aplicáveis, bem como justificar de forma fundamentada os motivos da não observância das normas técnicas e regulamentares, nos casos previstos no n.º 5 do art.º 10 RJUE
- j) Indicar a licença de loteamento ou informação prévia, quando aplicável
- k) Assinatura reconhecida nos termos gerais de direito ou assinatura digital qualificada, nomeadamente através do cartão de cidadão

(*) TIPOS DE PROJECTO:

ARQUITECTURA: Regime da Acessibilidade - Dec. Lei n.º 163/2006, de 08/08 (quando aplicável), Regulamento Geral das Edificações Urbanas (RGEU), Regulamento do Plano Diretor Municipal (PDM), Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação (RMUE), Alvará de Loteamento/Urbanização/Informação Prévia (quando aplicáveis) e demais legislação e regulamentação aplicáveis;

ALIMENTAÇÃO/DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉCTRICA (aprovado): D.L. 26852 de 30/07/1936, D.L. 740/74, de 26/12 e demais legislação e regulamentação aplicáveis;

ARRANJOS EXTERIORES: PDM, RMUE, Alvará de Loteamento/Urbanização/Informação Prévia (quando aplicáveis);

CLIMATIZAÇÃO: Regulamento dos Sistemas Energéticos de Climatização em Edifícios (D.L. 79/2006, de 04/04) www.aden.pt ;

COMPORTAMENTO TÉRMICO: Regulamento das Características de Comportamento Térmico dos Edifícios (D.L. 80/2006, de 04/04);

CONDICIONAMENTO ACÚSTICO: Regulamento Geral do Ruído (D.L. 9/2007, de 17/01) e Regulamento dos Requisitos Acústicos dos Edifícios (D.L. 129/2002, de 11/05);

ESTABILIDADE E BETÃO ARMADO: Regulamento de Segurança e Ações para Estruturas de Edifícios e Pontes (RSA), Regulamento de Betão Armado e Pré-Esforçado (REBAP), Regulamento de Betões de Ligantes Hidráulicos (RBLH) e demais regulamentação aplicável em vigor;

ESTRUTURAS METÁLICAS: Regulamento de Estruturas de Aço para Edifícios (REAE) e demais regulamentação aplicável;

INFRAESTRUTURAS DE TELECOMUNICAÇÕES-ITED: Regime de Instalação das Infraestruturas de Telecomunicações em Edifícios (D.L. 59/2000, de 19/04);

INSTALAÇÃO DE GÁS (aprovado): D.L. 521/99, de 10/12, Portarias n.º 386/94, de 16/06, 361/98, de 26/06, 362/2000, de 20/06, 690/2001, de 10/07 e demais legislação e regulamentação aplicáveis;

INSTALAÇÕES ELECTROMECÂNICAS/ELEVADORES: D.L. 295/98, de 22/09 e demais legislação e regulamentação aplicáveis;

REDE PREDIAL DE ÁGUA E ESGOTOS e REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS: D.L. 207/94, de 06/08, Regulamento Geral dos Sistemas Públicos e Prediais de Distribuição de Água e de Drenagem de Águas Residuais (Dec. Reg. 23/95, de 23/08) e demais regulamentação aplicável;

RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS: Normas Técnicas para Sistemas de Deposição de Resíduos Sólidos Urbanos (NTRS), anexas ao RMUE.;

SEGURANÇA CONTRA RISCOS DE INCÊNDIO: vide no sítio www.snbpc.pt

VENTILAÇÃO E EXAUSTÃO DE FUMOS/GASES DE COMBUSTÃO: RGEU e demais legislação e regulamentação aplicáveis.

Nota: A listagem de legislação e regulamentação em vigor é referida a título informativo, pelo que a sua permanente atualização, bem como a sua aplicabilidade, é da exclusiva responsabilidade dos técnicos autores dos projetos.

FR-90-MVC-R06

- Identificar o tipo de operação urbanística, projeto de arquitetura ou de especialidade em questão
- Indicar nome e habilitação do autor de projeto
- Indicar associação pública de natureza profissional, quando for o caso
- Indicar a natureza da operação urbanística a realizar
- Indicar a localização da obra (rua, número de polícia e freguesia)
- Indicar se trata de licenciamento ou comunicação prévia
- Indicar que foi "requerido" no caso de licenciamento ou "apresentado" no caso de comunicação prévia
- Indicar o nome e morada do requerente ou comunicante
- Discriminar, designadamente, as normas técnicas gerais e específicas de construção, o alvará de loteamento ou a informação prévia, quando aplicáveis, bem como justificar de forma fundamentada os motivos da não observância das normas técnicas e regulamentares, nos casos previstos no n.º 5 do art.º 10 RJUE
- Indicar a licença de loteamento ou informação prévia, quando aplicável
- Assinatura reconhecida nos termos gerais de direito ou assinatura digital qualificada, nomeadamente através do cartão de cidadão